

## Venezuela: convulsão democrática em meio aos giros políticos regionais<sup>1</sup>

Renata Peixoto de Oliveira<sup>2</sup>

Este relato de experiência parte das reflexões realizadas sobre o contexto político Venezuelano em sua profunda crise de estabilidade. Estas reflexões foram motivadas pela oportunidade de participar de um evento acadêmico com o objetivo de fomentar este debate<sup>3</sup>. Esta experiência foi fundamental para que fosse possível revisitar aspectos essenciais da história política desse país, assim como buscar uma análise mais propícia a compreensão de seu regime político, seu sistema político e instituições e como estes se inserem dentro da problemática das jovens democracias latino-americanas.

### Parte 1: O Giro democrático Venezuelano

Durante décadas (1958-1998), a Venezuela viveu sob um regime democrático restritivo, excludente e estabelecido através de um Pacto entre as principais forças políticas do país, o chamado *Pacto de Punto Fijo*. Esta conformação política não permitia a radicalização, polarização e representação de diversas forças políticas.

Quando refletimos sobre a tradição democrática Venezuelana, verificamos que o Século XX foi marcado por dois regimes autoritários, os de Vicente Gomez (1908-1935) e o de Pérez Jimenez (1952-58). Entre os dois regimes, destaca-se a experiência do Triênio Adeco (1945-1948), tida como primeiro intento de real democratização da vida política do país. Cabe destacar, que este período representou uma prévia do regime *puntufijista*, colocando destaque à força política do partido Acción Democrática. Contudo, trata-se de uma experiência que chegou ao poder através de um golpe perpetrado contra o governo de

---

<sup>1</sup> Esta comunicação foi originalmente exposta no evento *A crise da Venezuela e seu impacto na América Latina: perspectivas e alternativas* realizado no âmbito das Jornadas Viernes de Economía y Relaciones Internacionales, realizado no dia 19 de Maio de 2017 na UNILA, em Foz do Iguaçu, Paraná.

<sup>2</sup> Cientista Política e Professora de Relações Internacionais e Integração, do mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento e do Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina da UNILA.

<sup>3</sup> Participaram também da mesa como expositores da mesa os docentes Fábio Borges; Juan Agullo e Luciano Severo.

Medina Angarita (1941-1945) motivado pela falta de sufrágio universal, mas que saiu de cena também por via de um golpe militar engendrado por Pérez Jimenez e que daria espaço para o governo de uma junta militar, presidida pelo próprio Pérez. Em 1952, o presidente desta junta militar venceu as eleições, ficando no poder até 1958.

Em 1958, foi firmado o Pacto de *Punto Fijo* que trouxe ao centro do espectro político figuras que antes marcaram aquele período conhecido como Trienio Adeco, como Rômulo Betancourt da AD, e também Rafael Caldeira do COPEI. O regime democrático que teve origem desse pacto estabeleceu uma *partidocracia* centrista na Venezuela que permitia o revezamento dos dois principais partidos no poder, enquanto grande parte das riquezas obtidas com a renda petroleira não era revertida para a melhoria das condições de vida da população.

Em meio à crise econômica, que teve lugar na década de 1980 e foi agravada tanto pela queda dos preços do petróleo quanto pela crise regional que marcou a crise da dívida na América Latina, este regime político que vigorava há mais de trinta anos entrou em decadência. Os partidos políticos tradicionais perderam força eleitoral e adesão política e o regime careceu de legitimidade. No final daquela década, com o advento do grande levante popular conhecido como *Caracazzo* (1989) estava decretado o fim daquela ordem política, que se arrastou durante o segundo mandato de Carlos Andrés Pérez até o malfadado intento de golpe realizado por Hugo Chávez em 1992. Em seguida, após o interregno do segundo mandato do presidente Caldera (1993-1998), desta vez como candidato independente ao COPEI que ajudou a fundar; as eleições de 1998 trouxeram ao cenário político um *outsider*, o tenente-coronel Hugo Rafael Chávez Frías.

Inaugurava-se, assim, a chamada V República, um período marcado por importantes rupturas que incluem o advento de uma nova constituição, a de 1999 em substituição à carta de 1961; um novo marco legal para os hidrocarbonetos (1999 e 2001) e a criação de políticas sociais em diversos setores, conhecidas como *missiones bolivarianas* (2004).

Destaca-se que os sucessivos governos de Chávez, embora contando com respaldo popular, passaram por períodos conturbados no que se refere ao

papel da oposição, a relação com os Estados Unidos e os meios de comunicação hegemônicos. Isto nos leva a identificação de importantes períodos da era Chávez. É preciso sempre ressaltar que entre 1999 e 2001, existiu grande preocupação do governo em contornar a crise política e econômica que tinha acabado de herdar, bem como seus esforços que se concentraram na nova constituição e na mudança do marco regulatório do setor petrolífero. Já no período imediatamente posterior, entre 2002 e 2004, a necessidade do governo era de se manter no poder e garantir condições mínimas de governabilidade, diante do golpe sofrido por Chávez em 2002 e da greve do setor petrolífero em 2003. Foi apenas em 2004, que o governo encontrou condições de alçar alguns voos mais ousados, lançando o programa das *Misiones bolivarianas* e apostando em uma política externa mais ativa, o que incluiu a criação da ALBA (2004) e seu posicionamento contrário diante da proposta da ALCA na Cúpula de Mar del Plata (2005). Neste meio tempo, o governo Chávez ganhou diversos aliados na região, com a chegada de líderes progressistas aos governos do Brasil, Argentina, Uruguai, Nicarágua, Bolívia e Equador. Bem como de outros governos como os da Rússia, China e Irã.

Apesar do considerável respaldo nacional e internacional, o governo Chávez sofreu importantes abalos, como a derrota sofrida em 2007 com o advento do plebiscito para reforma da Constituição. O número de artigos a serem alterados, o teor e a complexidade das mudanças e a própria forma de organização em blocos do plebiscito explica o fracasso do governo chavista naquela ocasião.

O terceiro mandato de Chávez (2007-2013) foi marcado por esta derrota eleitoral, mas principalmente pela crise econômica alavancada pela queda dos preços do petróleo a partir de 2009. Contudo, o maior golpe sofrido foi o diagnóstico de Câncer do presidente, que comprometeu sua campanha eleitoral e o vitimou em 05 de Março de 2013. O vice-presidente, Nicolás Maduro, que havia assumido interinamente o governo, concorreu a novas eleições sagrando-se vitorioso em 19 de Abril de 2013. Desde então, o acirramento da crise política na Venezuela é uma constante.

## **Parte II:**

## **Conjecturas sobre um estado de Democracia convulsionada e o *Venezuelazzo* contemporâneo**

O atual governo de Nicolás Maduro vem enfrentando uma considerável queda de popularidade em decorrência da crise econômica alarmante e da escalada da violência decorrente dos conflitos entre setores apoiadores e de oposição. Desde 2016, as forças opositoristas tentam conseguir um plebiscito revocatório de mandato. Em Janeiro de 2017, deputados da Assembleia Nacional defenderam a destituição do mandato presidencial por abandono de cargo, o que não se aplica ao caso. E, em Março do mesmo ano, o Tribunal Supremo assumiu as funções da Assembleia Nacional em virtude do fato de que esta teria descumprido decisão da justiça ao dar posse a três deputados que tiveram seus mandatos impugnados por acusações de fraude eleitoral. Tal decisão foi vista como manobra do governo Maduro para a realização de um autogolpe e teve grande repercussão nacional e internacional, acarretando em um recuo do governo.

Desde então, reflexões e questionamentos sobre a situação política da Venezuela vêm tomando vários espaços e gerando muita incerteza. É extremamente importante compreender que mais do que a vivência do encerramento de um período, seja pelo esgotamento e limitações de um projeto político, por um revés no cenário econômico internacional, ou por um movimento pendular que agora se direciona à direita; existem peculiaridades sobre o lugar da democracia Venezuelana em nosso continente.

A democracia Venezuela apresenta-se convulsionada, dando continuidade a uma crise cujo momento agudo se deu com o advento do *Caracazzo* em 1989. A experiência chavista foi uma experiência democrática inusitada e, até em alguns aspectos, controversa, injetada de uma única vez. Mas o estado da crise era latente e a convulsão não cessou.

Como vimos anteriormente, a Venezuela não contou com regimes democráticos plenos em grande parte de sua história republicana. Muito mais do que democráticas, as experiências de governo baixo o Pacto de *Punto Fijo* foram tentativas de manutenção da governabilidade e estabilidade política do país. O agravamento das desigualdades sociais, o desencanto com a política tradicional e crise econômica foram causas suficientes para gerar uma forte

convulsão política no país. “Tratamentos” alternativos foram buscados, e a experiência chavista trouxe inúmeros benefícios quanto aos avanços políticos em termos de mecanismos de participação, cultura política participativa e melhoria dos indicadores sociais do país.

Mas este regime democrático continua convalescendo e é preciso buscar algumas de suas causas não apenas para se entender a crise em curso, mas para estabelecer diagnósticos futuros. O grande dilema venezuelano consiste em alguns pontos essenciais:

1) Não existem evidências da instauração de uma verdadeira Poliarquia no país, já que o ponto de partida foi o de uma partidocracia para um regime democrático participativo e inovador em vários quesitos; muito embora marcado por forte dose de centralismo. Na Venezuela, a oposição nunca soube exercer seu papel, desestabilizando não apenas o governo, mas o próprio regime democrático, assim como a situação não soube lidar com os antagonismos políticos existentes.

2) Mesmo com as profundas transformações o chavismo não abriu mão de um jogo político que continuou a se pautar em uma dinâmica de Soma Zero, sem possibilidades de pactos políticos com outros setores e completo alijamento do poder de outras forças políticas, até daquelas inseridas dentro do amplo espectro do chavismo ou da própria esquerda.

3) A dependência do Petróleo não é apenas econômica, mas política e com efeitos para a estabilidade política do país.

Os anos do chavismo permitiram logros quanto à construção de uma cultura política participativa, mas o jogo político venezuelano carece de aspectos democráticos quando se pensa a formação de consenso, a possibilidade de dissensos e a construção de pactos entre setores da sociedade.

A atual crise enfrentada pelo chavismo é explicada, em grande, parte por seu desgaste e pelo cenário econômico desfavorável, mas independentemente deste fator, é a democracia Venezuelana que jamais encontrou seu caminho, sua saída para a crise, deflagrada a finais dos anos 1980. Não se trata de vencedores ou perdedores, de guinadas à esquerda ou à direita, de consumados Pactos ou propagadas Revoluções, pois o giro democrático

Venezuelano apresenta sérios problemas que, de certa forma, são continuidades dos dias sangrentos de 1989. A democracia venezuelana segue e convulsiona enquanto hoje as ruas são tomadas pelo *Venezuelazzo*.